

AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA ESCOLA DO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE UNAÍ-CSEUN ¹

Fabiano Elias Nunes² & Wender Faleiro³

APOIO: FAPEG

GT 02. Didática, Currículo e Políticas Educacionais

RESUMO: No Brasil a educação social vai surgir por volta das décadas de 1960 e 1970, tendo como base o assistencialismo das políticas públicas, debatido pela sociedade civil que passa a assumir responsabilidades nos projetos sociais. Assim, igrejas, organizações não governamentais e associações passam a impulsionar e cuidar de classes menos favorecidas, principalmente por meio de alfabetização de jovens e adultos e educação popular. Um dos grandes representantes da pedagogia social no Brasil foi o professor Paulo Freire, que propôs uma educação voltada para a politização daqueles tidos como oprimidos, como prática de libertação. Os programas de educação já encontram diversas dificuldades na sua efetivação, em espaços de controle e privação de liberdade, a complexidade é ainda mais aguçada. Esta pesquisa é classificada como uma em educação de abordagem qualitativa. Seus métodos de coleta de dados passam pela entrevista e questionário. Para que fosse possível compreender as práticas educacionais desenvolvidas na Unidade foi aplicado, além de outros procedimentos metodológicos, um questionário aos professores. Foi possível observar através das respostas apresentadas pelas professoras e professor, um comprometimento e respeito pelo trabalho que exercem, dadas as devidas particularidades. No entanto, os resultados poderiam ser mais eficientes se os docentes articulassem seus planos de aula e os projetos realizados ali, de forma coletiva. A troca de informações entre eles e o planejamento coletivo poderia ajudar a dirimir possíveis problemas. São os professores que reportam aos adolescentes as informações, do lado externo da unidade, sobre os acontecimentos políticos, econômicos, culturais e todo tipo de entretenimento.

Palavras-chave: ECA; Socialização; Adolescentes em restrição de Liberdade.

O Estado de Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado na região sudeste do país, com 853 municípios, constituindo-se como o segundo estado mais populoso. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o último

¹ Excertos da dissertação de mestrado do primeiro autor, intitulada: Formação e (re) socialização de adolescentes em privação de liberdade: práticas e políticas educacionais no centro socioeducativo de Unaí - CSEUN.

² Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Membro do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo – NEPCampo. E-mail: fabianoenunes@yahoo.com.br

³ Professor da Unidade Acadêmica Especial de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Vice-Líder Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo – NEPCampo. E-mail: wender.faleiro@gmail.com

censo registrou uma população de 19.597.330 habitantes, configurando em uma urbanização de 85%. (BRASIL, 2010).

O IBGE divide o estado em 12 mesorregiões no intuito de favorecer a elaboração das políticas públicas e na alocação dos recursos econômicos e tributários. As 12 mesorregiões estabelecidas pelo IBGE para Minas Gerais são: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata. (BRASIL, 2010).

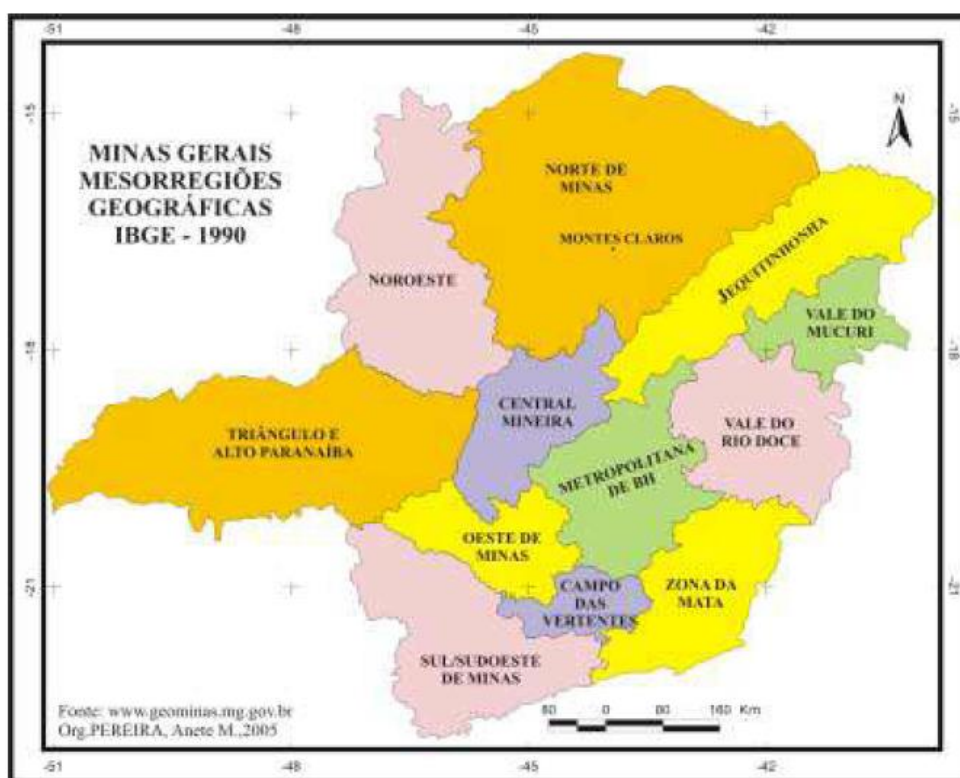


FIGURA 01 – Mapa de Minas Gerais – Mesorregiões Geográficas
Fonte: Pereira (2005).

O processo de institucionalização da criança e do adolescente em Minas Gerais, não está divergente do fenômeno histórico vivido no restante do país. Esses sujeitos viviam na sociedade quase no anonimato, não provocando nenhuma preocupação das autoridades, relevância social ou envolvimento deste grupo. A relevância principal do Estado de Minas Gerais durante o século XVII e XVIII se dava com a atividade de mineração, levando em conta que a mão de obra desses *menores* era de grande valia.

Em Minas Gerais a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE, vinculada a Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS é responsável por elaborar,

coordenar e executar a política de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional no estado.

No contexto institucional, existem no estado de Minas Gerais 36⁴ (trinta e seis) unidades de atendimento socioeducativo, sendo que 24 (vinte e quatro) destas são centros socioeducativos, 11 (onze) casas de semiliberdade e 01 Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH).

As Unidades que atendem as medidas de internação e internação provisória concentram-se em sua maioria na capital do estado. Belo Horizonte possui 09 destas unidades, sendo as 15 restantes distribuídas pelas cidades de Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Patrocínio, Pirapora, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Unaí.

As chamadas Casas de Semiliberdade também possuem um número maior na capital, com 07 unidades no total. As demais cidades do estado que recebem essas unidades são Governador Valadares e Muriaé com 01 unidade em cada e a cidade de Juiz de Fora com 02 duas unidades.

De acordo com a SEDS/MG o atual trabalho realizado com os adolescentes em conflito com a lei é desenvolvido por uma equipe especializada e multidisciplinar, proporcionando atividades culturais, esportivas, profissionalizantes, escolares e artísticas.

O estado de Minas Gerais oferta ao todo, 1.477 vagas, distribuídas pelas suas regiões, sendo que destas vagas, 1.240 são destinadas à internação e à internação provisória. Ao cumprimento de medida nas Casas de Semiliberdade estão destinadas 207 vagas.

O Centro Socioeducativo de Unaí – MG (CSEUN), local do estudo, está localizado em uma área periférica e distante da área central, na rua Amaro Rodrigues da Silva, 452, no bairro Santa Clara. Sua inauguração foi no dia 08 de maio do ano de 2013, construída exclusivamente para atender adolescentes do sexo masculino, encaminhados para cumprirem medida socioeducativa de internação. A capacitação máxima do local é para 90 adolescentes.

A unidade, no dia da visita ao local, possuía 01 diretor geral, 01 diretor de segurança, 01 diretor de atendimento, 03 supervisores de segurança, 03 pedagogos, 01 psicólogo, 02 jurídicos, 02 assistentes sociais, 02 auxiliares educacionais, 01 enfermeira e 04 técnicos de enfermagem. A escola que funciona dentro da unidade, oferta desde a sexta série do ensino fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio. Um total de 18 professores atuam no CSEU

⁴Dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, atualizados em 29 de Novembro de 2016 às 17h10. Disponível em < <http://www.seds.mg.gov.br/socioeducativo>>, acesso em 30 de setembro de 2017.

e 11 deles trabalham também no Ensino Médio. O número de agentes socioeducativos, atualizados em primeiro de setembro de 2017 era de 115.

Para que fosse possível compreender as práticas educacionais desenvolvidas na Unidade foi aplicado também um questionário aos professores. O objetivo deste instrumento é permitir a construção dos sentidos subjetivos e dos processos simbólicos distintos que caracterizam as configurações subjetivas de cada docente (GONZALEZ REY, 2005). O questionário aplicado aos professores foi estruturado em categorias que possibilitaram fazer tal análise, sendo elaborado da seguinte maneira: dados gerais; funções que realiza na escola; condições de trabalho na escola; trabalho didático que desenvolve na escola/unidade; e processo de ensino aprendizagem e seus resultados.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, por meio da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa – DIP e da Diretoria de Formação Educacional e Profissional, todas ligadas a Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. Esses órgãos são os reguladores da Unidade de Atendimento Socioeducativo da cidade de Unaí – MG. O pedido foi protocolado sob o número 015.2016, tendo sido o parecer favorável e concedida autorização para a realização da pesquisa.

No mesmo trâmite, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa/CEP – UFG, juntamente com os documentos necessários, conforme reza as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Os documentos submetidos para análise foram: Termo de Responsabilidade do Pesquisador; Termo de Anuência do Diretor Geral da Unidade; Parecer do Comitê de Ética da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, por meio da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa – DIP; Termo de Compromisso de Retorno dos Resultados; Termo de Consentimento Livre e esclarecido e Despacho com aquiescência do MM. Juiz de Direito titular da Vara Criminal, Infância e Juventude e Execução de Medidas Socioeducativas, no foro da Comarca de Unaí – MG, em 27 de março de 2017. Todos os documentos apresentados foram analisados, dado parecer aprovado, sob o protocolo 2.013.316, em acordo com os princípios éticos vigentes.

Como os professores analisam as práticas educacionais na escola do Centro de Atendimento Socioeducativo de Unaí-CSEUN

Apesar do objeto central, da pesquisa maior, ser a análise da percepção dos adolescentes em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa de internação,

quanto a formação e a proposta de (re)socialização na qual estão sujeitos na Unidade Socioeducativa de Unaí – MG, é imprescindível que se conheça também um pouco do trabalho dos professores que atuam diretamente com esses adolescentes e as práticas educacionais que eles mesmos desenvolvem.

Para isso serão apresentados aqui alguns dados importantes que caracterizam estes profissionais, como a formação, a função que realizam na escola da Unidade, as condições de trabalho e o posicionamento destes diante da singularidade que estão inseridos. O papel dos professores é de extrema importância no processo de formação e também na (re)socialização porque lidam diretamente com os adolescentes e vivenciam muito próximo a realidade, os anseios, os conflitos, as dificuldades e os projetos de vida de cada um.

Outro aspecto importante e desafiador no trabalho dos professores que atuam em unidades de internação é não descaracterizar os objetivos da própria educação, que nas palavras de Onofre (2011, p. 110) devem almejar “a formação de pessoas, a ampliação de sua leitura de mundo, o despertar da criatividade, a participação na construção do conhecimento e a superação de suas condições atuais”. É desafiador porque cabe a estes docentes criarem possibilidades de trabalharem de forma criativa e inovadora em um local com inúmeras restrições e limitações políticas, administrativas e de segurança.

A escola talvez seja o eixo principal em todo o processo de atuação com os adolescentes em liberdade restrita, pois tem como missão a socialização e humanização dos sujeitos, com o anseio maior de contribuir para que esses aprendam a aprender e desenvolvam uma postura construtiva, autônoma e participativa. (VERDUM, 2013).

No que tange as práticas educacionais, Verdum (2013), ao se inspirar em Freire (1983), parte da concepção de que elas adjetivam do termo *dialógica* em que o conhecimento é construído através de um processo realizado tanto pelos professores quanto pelos alunos, caminhando pela direção de uma leitura crítica da realidade.

Também pode ser pensada como expressa Fernandes (2011, p. 59)

[...] Prática intencional de ensino e aprendizagem não reduzida à questão didática ou às metodológicas de estudar e de aprender, mas articulada à educação como prática social e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares.

Isto posto, não há uma receita pronta e acabada sobre como seria uma aula ideal ou quais seriam as principais características de uma boa prática educacional, especificamente para os sujeitos desta pesquisa. É possível sim apontar elementos que deveriam estar

presentes nessas práticas, os quais devem partir do comprometimento ético de cada docente que, conseqüentemente, produzirá transformações sociais, com princípios de respeito, justiça, solidariedade e cidadania (VERDUM, 2013). Os docentes e todos os operadores do sistema socioeducativo devem possuir valores que estejam de acordo com os ideais de (re)socialização e motivação para este projeto.

Um dos possíveis elementos que poderia ser apontado aqui é a preservação dos direitos desses adolescentes, garantidos pelo ECA e pelo regramento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Zelar pelo tratamento digno, a individualidade e o respeito a situação peculiar de pessoa em desenvolvimento. E cuidar da manutenção dos vínculos dos adolescentes com seus familiares e comunidade.

A visita a Unidade de Atendimento Socioeducativo em Unaí – MG ocorreu no dia 26 de junho do ano de 2017, no período matutino e vespertino. A supervisão da escola reuniu todos os professores em uma das quadras de esporte para que fosse apresentado a eles a proposta da pesquisa e o convite para participarem dela mediante resposta ao questionário. Como o recorte da pesquisa se limitou apenas aos alunos do ensino médio, seis professoras e um professor se dispuseram a colaborar e responder ao questionário. Os professores que participaram não terão os seus nomes revelados neste texto e serão identificados quando necessário, em uma homenagem a personalidades laureadas com a premiação do Nobel da Paz, pelos nomes: Wided Bouchamaoui, Malala Yousafzai, Ellen Johnson-Sirleaf, Leymah Gbowee, Tawakel Karman, Wangari Muta Maathai e o único professor Juan Manuel Santos.

Wided Bouchamaoui, ministra as disciplinas de química e trabalha com um projeto de cidadania, graduada, não possui especialização, possui quatro anos de docência e não é a sua primeira experiência com adolescentes em conflito com a lei. Malala Yousafzai, ministra as disciplinas de história e filosofia, graduada, não possui especialização, possui quatro anos de trabalho na educação. Ellen Johnson-Sirleaf, ministra a disciplina de língua portuguesa, graduada, não possui especialização, cinco anos de experiência no ensino e é sua primeira experiência com adolescentes em conflito com a lei. Leymah Gbowee, ministra as disciplinas de língua inglesa, geografia e sociologia, pós-graduada, dois anos de trabalho na educação e sua primeira experiência com adolescentes em conflito com a lei. Tawakel Karm, professora de matemática, graduada, não possui especialização com três anos de trabalho na docência e não responde que é a primeira vez na unidade. Wangari Muta Maathai, ministra a disciplina de matemática, apenas graduada, com quatro anos de experiência na docência sendo que não é a primeira vez que trabalha com adolescentes em conflito com a lei. Juan Manuel Santos, professor de física e oficina de teatro, ainda não concluiu sua graduação, possui um ano e dois

meses de experiência na docência e é a primeira vez que trabalha com adolescentes em conflito com a lei.

Todos os professores são vinculados a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais – SEE/MG, porém nenhum deles, até aquela data, possuía vínculo efetivo, sendo apenas designados (contratação temporária), com cinco professores com renda mensal de 01 a 02 salários mínimos e dois com renda mensal de 03 a 04 salários mínimos.

Mesmo compreendendo que a escola da Unidade socioeducativa proporciona para os adolescentes uma educação formal, com a mesma grade curricular das demais escolas da rede pública estadual, é importante destacar, na minha visão, que os professores tenham um olhar ainda mais sensível e compreendam o universo que estes adolescentes estão sujeitos. Universo este que vai muito além de uma aula ministrada em 40 ou 50 minutos. Universo este que engloba todo um projeto desafiador e ousado de reinserir na sociedade (fora da unidade) o adolescente em conflito com a lei e resgatar sua dignidade e cidadania.

Pensando nisso, foi questionado aos professores se possuem conhecimento sobre a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que seis deles alegaram conhecer e já ter lido e apenas um alegou conhecer, porém nunca leu. Questionados ainda se tinham conhecimento sobre a Lei 12.594/12, que cuida da criação, manutenção e operacionalização do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, a maioria respondeu que conhece e já leu, um deles respondeu que conhece e nunca leu e um destes profissionais respondeu que desconhece a referida lei.

Questionados se conhecem o Portal da Escola Nacional de Socioeducação – ENS, que tem como objetivo proporcionar formação continuada para os diferentes profissionais que atuam direta ou indiretamente no sistema, inclusive professores, seis disseram desconhecer o portal e conseqüentemente nunca realizaram algum curso de capacitação ou formação disponível no ambiente virtual de aprendizagem. Apenas a professora Wided Bouchamaoui respondeu conhecer o portal, mas sem realizar nenhum curso de capacitação.

No que tange as condições de trabalho na escola, foi questionado as professoras e ao professor como avaliam a estrutura física e os recursos disponibilizados nas salas de aula e unidade, sendo que quatro avaliam como bom e três como regular. Foram indagados sobre a existência de alguns itens, e os indicados foram: biblioteca, laboratório de informática, sala de artes e quadra de esporte e lazer.

Sobre a presença dos agentes socioeducativos, apoio técnico da Secretaria Estadual de Defesa Social – SEDS, no momento em que as aulas são ministradas, três professores responderam que estão sempre presentes, dois responderam quase sempre, um respondeu

eventualmente e um respondeu quase nunca. Quanto a avaliação da presença dos agentes socioeducativos na sala de aula, dois acreditam ser excelente, dois ótimo e três professores avaliam como bom. Não foi mencionado quantos agentes acompanham a ministração das aulas.

Questionados se a presença dos agentes socioeducativos pode intimidar ou comprometer o desempenho dos alunos, seis responderam que não. Para a professora Ellen Johnson-Sirleaf, nas palavras dela “a presença do agente ajuda na disciplina, por isso as aulas se tornam mais eficazes”. Para a professora Wangari Muta Maathai “a presença dos agentes ajuda, para segurança e respeito com a classe docente”. Apenas o professor Juan Manuel Santos acredita que as aulas ficam comprometidas com a presença de agentes e sobre isso disse: “acho que compromete sim, em algumas aulas onde o agente não está presente, vejo que os alunos são mais humildes e verdadeiros; na presença do agente é como se eles virassem ‘machões’; deve ser para fazer ‘frente’ com os colegas”.

Um apontamento de expressiva importância na caracterização dos docentes, diz respeito ao fato de acreditarem ou não se as condições de trabalho da escola – estrutura física, corpo docente, recurso e materiais didáticos, assistem integralmente aos alunos em cumprimento de medida socioeducativa de internação, o que apresentou opiniões divergentes. Quatro profissionais acreditam que sim e três responderam que não. Com exceção de um professor, todos acrescentaram, destacando algumas respostas: “não, falta um laboratório de química, internet e não podemos utilizar alguns materiais por medidas de segurança” (Wided Bouchamaoui); “não, poderia haver uma sala com materiais necessários para assistir filmes, ensaiar peças, com materiais destinados as aulas diferenciadas” (Ellen Johnson-Sirleaf); “sim, proporciona os meios necessários aos adolescentes que se comprometem com os estudos” (Leymah Gbowee); “sim, uma sala por turma, um professor por disciplina, quantidade reduzida de alunos por turmas, livros, biblioteca, computadores, material de artes, lanche diariamente, acho mais que excelente” (Juan Manuel Santos).

Os professores responderam também quanto ao fato dos alunos serem adolescentes atores de ato infracional e como se sentiam trabalhando com esses sujeitos: seis docentes responderam que este fato não interfere nas aulas e apenas uma professora respondeu que fica intimidada durante as aulas.

Os professores no processo de formação e (re)socialização dos alunos

Para que a política de atendimento a adolescentes que cumprem as medidas socioeducativa de internação, estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8.069/1990) e reguladas pelo SINASE (Resolução nº 119/2006 e a Lei Federal nº 12.594/2012) se torne eficiente e eficaz é necessário que o modelo de educação respeite integralmente os direitos destes sujeitos, o que demanda investimentos na formação dos profissionais do sistema socioeducativo.

Inclusive, uma das propostas da ENS é garantir que os programas de formação, incluindo o trabalho dos professores, consigam articular a teoria e a prática, à construção coletiva do conhecimento, a troca de experiências, a valorização dos saberes profissionais, a reflexão crítica, a sistematização e o registro das práticas institucionais, bem como a construção de fundamentos teóricos e metodológicos comuns. A seguir será apresentada a análise feita pelos professores na Unidade Socioeducativa de Unai – MG quanto às práticas educacionais destinadas a formação e (re)socialização dos adolescentes.

Sobre o trabalho didático que desenvolvem na escola, os professores foram unânimes em dizer que preparam a disciplina do ponto de vista didático e que realizam o planejamento das aulas semanalmente. Questionados se os planos de disciplinas e aulas acontecem de forma individual, coletiva ou ambos, três professores responderam que planejam individualmente e quatro responderam que planejam tanto individualmente quanto de forma coletiva.

A maioria dos professores alegou não receber orientação e/ou formação específica para trabalhar com adolescentes autores de ato infracional. Apenas dois professores disseram que sim e fizeram as seguintes considerações, ao serem orientados a citarem as orientações e/ou formações mais relevantes: “sim, metodológica e diretrizes curriculares do socioeducativo, proposta pedagógica” (Wided Bouchamaoui); “sim, videoconferência/reunião com orientações sobre o sistema e seu funcionamento” (Ellen Johnson-Sirleaf).

Em média, os professores se reúnem no mínimo três vezes por ano para realizarem conselhos de classe. Além disso, cinco professores responderam que se reúnem semanalmente para reuniões de caráter didático, que denominaram de Módulo Pedagógico Semanal.

Ao serem indagados sobre como foi desenvolvido o Projeto Político Pedagógico não foram unânimes. Dois professores responderam não saber, três responderam que foi elaborado pelo diretor e por uma equipe de professores e dois responderam que pela aplicação de modelo encaminhado pela Secretaria Estadual de Educação.

Sobre o processo de ensino-aprendizagem e seus resultados, as seis professoras e o professor foram questionados se práticas interdisciplinares são desenvolvidas em suas aulas e se consideram satisfatórios os trabalhos interdisciplinares. Os dados mostraram que três professores sempre usam práticas interdisciplinares em suas aulas, dois quase sempre e dois usam eventualmente. No entanto, todos foram unânimes em responder que acreditam ser satisfatório o trabalho interdisciplinar.

Os temas cidadania, sexualidade, meio ambiente, ética, pluralidade cultural e saúde, classificados como transversais, foram citados pelo menos uma vez pelos professores, como assuntos trabalhados em suas aulas ou na escola. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN⁵s (BRASIL, 1997) o compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compressão da realidade social, além dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. A proposta dos temas transversais é que sejam incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. Correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana e devem ser abordados com cuidado e atenção ainda maior dentro do contexto da realidade vivida por adolescentes em conflito com a lei.

Um das perguntas centrais feita aos professores foi quais as práticas educacionais utilizam para contribuir com o processo de formação e (re)socialização dos adolescentes atores de ato infracional. Com exceção de um professor, todos fizeram apontamentos: “diálogos, mini palestras, seminários e vídeos motivacionais” (Wided Bouchamaoui); “englobar temas sociais, de caráter ligado aos direitos e deveres do cidadão, postura, comportamento e autoestima dentro dos temas abordados na disciplina [...]”; (Ellen Johnson-Sirleaf); “conversas de motivação ressaltando os valores, filmes para reflexão do aluno (pedagógico), dinâmica em grupos, atendimento com psicólogos” (Leymah Gbowee); “elaboração de projetos, planejamento de intervenções pedagógicas” (Tawakel Karman); “aulas diferenciadas, dinâmicas, interatividade e algumas outras atividades voltadas para a ressocialização dos mesmo” (Wangari Muta Maathai); “experiências, aulas expositivas, filmes motivacionais, trabalhos em grupos” (Juan Manuel Santos).

Dentre as principais dificuldades encontradas no cumprimento das atribuições docentes naquela escola, os professores destacaram: falta de interesse pelos estudos por parte

⁵ Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao propor uma educação comprometida com a cidadania, elegeram, baseados no texto constitucional, princípios segundo os quais orientam a educação escolar: dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação, co-responsabilidade pela vida social. (BRASIL, 1997).

dos alunos, poucos recursos didáticos para aplicação de conteúdo de forma mais ampla e não utilização de alguns recursos por motivos de segurança.

Por fim, apresento alguns dados no mínimo intrigantes, ao responderem quantos dos alunos daquela escola acreditavam que concluiriam o ensino médio e também quantos fariam um curso superior. Surpreendentemente, nenhum professor respondeu ‘quase todos’ ou ‘um pouco mais da metade’. Cinco professores responderam ‘poucos alunos’, um professor respondeu ‘um pouco menos da metade’ e um professor respondeu ‘não sei’. Especificamente, ao fato de acreditarem que seus alunos entrariam em alguma universidade, além da resposta apresentadas, curiosamente um professor acrescentou um tópico que não existia na pergunta e respondeu ‘nenhum’.

Considerações

Foi possível observar através das respostas apresentadas pelas professoras e professor, um comprometimento e respeito pelo trabalho que exercem na Unidade, dadas as devidas particularidades. No entanto, acredito que os resultados poderiam ser mais eficientes se os docentes articulassem seus planos de aula ou os projetos realizados ali, de forma coletiva. A troca de informações entre eles e o planejamento coletivo poderia ajudar a dirimir possíveis problemas. São os professores que reportam aos adolescentes as informações, do lado externo da unidade, sobre os acontecimentos políticos, econômicos, culturais e todo tipo de entretenimento.

Outro ponto importante que acredito contribuir na qualidade do trabalho e principalmente na influência direta com os adolescentes, está na capacitação e aperfeiçoamento dos/as docentes. Isso contribui até mesmo na melhor seleção dos conteúdos e nos mais significativos para a realidade de cada aluno. Argumento esse sustentado no entendimento de Nóvoa (1995) o qual diz que a formação de profissionais que atuam na educação deve ser preocupação central, pois

[...] Educar e ensinar é, sobretudo, permitir um contato com a cultura, na acepção mais geral do termo; trata-se de um processo em que a própria experiência cultural do professor é determinante. Portanto, a formação tem que ser repensada, pois há maior incidência nos aspectos técnicos da profissão do que nas dimensões pessoais e culturais. (NÓVOA, 1995, P.67).

De modo geral, os professores e professoras que trabalham com adolescente em conflito com a lei precisam compreender que o trabalho que desenvolvem exige um olhar e atenção diferente do dispensado a outros alunos. Que este mesmo trabalho pode modificar

tanto a unidade quando o adolescente. E entendo que isso não é segregar ou atribuir preconceito a eles. O papel dos professores e professoras contribui diretamente no processo de (re)socialização do adolescente, para que este, enquanto excluído, possa ser ouvido e fazer-se ouvir e tenha direito de desfrutar de uma educação democrática. (GENTILI, 1995).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer CNE/CEB N° 2/2010. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. In: **Portal do MEC: Diretrizes para a Educação Básica**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5142&Itemid=>. Acesso em: 15 de Outubro de 2015.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

FERNANDES, A. F. **Integração de alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Regular – Estudo de caso Escola Secundária Amor de Deus**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade de Cabo Verde. Escola Superior de Educação de Lisboa, Praia, 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GENTILI, P.A.A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P.A.A.; SILVA, T.T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

NÓVOA, A. (Org). **Profissão Professor**. Porto: Ed. Porto, 1995.

ONOFRE, Elenice Maria C. **A escola da prisão como espaço de dupla inclusão**: no contexto e para além das grades. Polyphonia, São Paulo: Polyphonia, 2011.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em geografia. Uberlândia – MG, 2005.

VERDUM, Priscila. Práticas Pedagógicas: o que é? O que envolve? **Revista Educação por Escrito** – PUCRS, v. 4, n.1, jul.2013.